



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Tendências do Desenvolvimento Regional**

### **Estudos Transversais**

#### **Juliana Bacelar de Araújo**

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRN; Pesquisadora do Núcleo Natal do INCT Observatorio das Metrópoles e do GEPD-UFRN.

#### **Beatriz Tamaso Miotto**

Professora do Centro de Engenharia, modelagem e ciências sociais aplicadas e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do território – UFABC.

#### **Cassiano José Bezerra Marques Trovão**

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRN; Pesquisadora do GEPD-UFRN.

#### **Maria Losangela Martins de Sousa**

Professora do Departamento de Geografia da UERN, Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES-UERN, Campus de Pau dos Ferros/RN)

#### **Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira**

Professor no curso de Gestão de Políticas Públicas, do Instituto de Políticas Públicas da UFRN. Pesquisador do LISAT/UFRN; e colaborador do Núcleo Natal do INCT Observatorio das Metrópoles e do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Mudanças Climáticas (INCLINE/USP).

### **RESUMO GERAL**

A Sessão Livre Tendências do Desenvolvimento Regional: estudos transversais propõe-se a analisar o desenvolvimento regional no Brasil no século XXI partindo de estudos transversais e multiescalares dos processos condicionantes do desenvolvimento econômico nacional, para compreender algumas importantes tendências recentes nessa área. O problema que norteia a iniciativa remete à necessidade de compreender, em nível qualitativo e quantitativo, a trajetória recente do desenvolvimento regional no Brasil e alguns movimentos importantes para pensar a temática. A hipótese da proposta é que

os processos de financeirização, desindustrialização, reprimarização e desconcentração produtiva regional, que caracterizam o desenvolvimento brasileiro a partir dos anos 2000, têm reforçado o movimento de fragmentação econômica e territorial, especialmente diante do contexto de inflexão ultraliberal (pós-2015) e dos desdobramentos da pandemia da Covid-19. Pretende-se realizar uma análise dos problemas de desenvolvimento a serem enfrentados em termos regionais e urbanos, a partir de um olhar transversal que analisa os serviços por intensidade de conhecimento na Região Metropolitana de São Paulo, o turismo sustentável no Araripe cearense, a desconcentração industrial brasileira a partir do caso de Pernambuco e o avanço da energia eólica, com um olhar para o Rio Grande do Norte.

A sessão dialoga teoricamente com o conceito de “inflexão ultraliberal”, sustentado no tripé financeirização, desindustrialização e austeridade fiscal, e no contexto da ampliação de contradições existentes pela corrosão das infraestruturas econômicas e sociais e do sistema de solidariedade territorial. O cenário pós-2015 coloca sérios desafios à complexa articulação do espaço com o campo da governança política, econômica e socioambiental, onde os problemas decorrentes do aumento da precariedade das condições de vida da população, da falta de infraestrutura urbana e do acesso aos serviços básicos de saúde, segurança, educação etc. somam-se à necessidade de se pensar formas de crescimento econômico ancoradas no aproveitamento das potencialidades locais, de investimento produtivo, na redução das desigualdades sociais e nos processos de geração de riqueza de forma sustentada, inclusiva e ambientalmente sustentável.

Se até meados dos anos de 1980 a heterogeneidade regional brasileira era interpretada como o resultado das características histórico-estruturais que nortearam a integração da economia nacional, complementada por uma modesta desconcentração produtiva, do sudeste para as demais regiões do país (CANO, 2011; BRANDÃO, 2007; ARAÚJO, 2000), desse momento em diante, as questões da pesquisa sobre o desenvolvimento regional brasileiro buscaram dialogar com os efeitos territoriais da abertura produtiva e financeira da economia nacional, consolidada ao longo dos anos de 1990, e o potencial dessa inserção internacional em produzir cenários de fragmentação política e econômica do território (PACHECO, 1998). A partir dos anos de 2000 essa leitura ganhou novos contornos, especialmente com a crescente importância de políticas setoriais e sociais (políticas “implícitas” de desenvolvimento regional) e seu caráter desconcentrador (ARAÚJO, 2013). Na última década, com a continuidade da internacionalização da estrutura produtiva do país e a especialização regressiva da economia nacional com desindustrialização, percebe-se cada vez mais a formação de regiões cujo aparelho produtivo se encontra subordinado ao mercado externo (MACEDO, 2011).

Cano (2017) sintetiza um quadro geral sobre a questão regional brasileira, no final dos anos de 2010, destacando as múltiplas dimensões da crise brasileira recente. A reflexão do autor permite pensar o desenvolvimento do país a partir de algumas delas: 1) a macroestrutural, que dialoga com as condições de crescimento, inserção externa, financeirização e composição/deterioração setorial da economia; 2) da conformação do papel do Estado, que reorienta a atuação estatal no sentido do neoliberalismo e de um padrão de austeridade radical; e 3) a social, que engloba a desigualdade, a precarização do trabalho, as condições materiais de vida das pessoas e a deterioração das instituições e políticas públicas.

A articulação destas dimensões com as escalas espaciais é de suma importância para compreender a cristalização dos efeitos perversos colocados pela crise econômica e política que enfrentamos desde 2015, quando se observa uma “inflexão ultraliberal” (RIBEIRO, 2017) sustentada no tripé financeirização, desindustrialização e austeridade fiscal (KLINK, 2018; BLYTH, 2017; DWECK, OLIVEIRA E ROSSI, 2018; CANO, 2017; MACEDO, 2010 e 2020), no contexto da ampliação de contradições existentes pela corrosão das infraestruturas econômicas e sociais e do sistema de solidariedade territorial (CLEMENTINO, MIOTO, ARAÚJO, 2021), intensificando o conflito social, escancarado com a pandemia e suas políticas sanitárias, econômicas, ambientais e sociais. Por um lado, esse contexto tem reforçado o processo de fragmentação econômica e territorial (GUIMARÃES NETO, 1995; PACHECO, 1998; MACEDO, 2010; ARAÚJO, 2012 e 1997; BRANDÃO, 2007). Por outro, o contexto pandêmico realçou os entraves estruturais que essa nova agenda impôs, retardando ações de enfrentamento à crise sanitária pelo governo Federal e ampliando os seus efeitos no tecido social brasileiro com uma agenda político-econômica que combina neoliberalismo, austeridade e conservadorismo.

Parte-se da ideia de que, nesse cenário, o movimento de fragmentação econômica e territorial ampliou-se pela combinação de quatro elementos/processos simultâneos: i) da austeridade fiscal, com redução de investimentos e dos efeitos multiplicadores ligados ao mercado interno e às políticas sociais; ii) dos processos de financeirização, desindustrialização, reprimarização e desnacionalização da estrutura produtiva, que ocasionam uma especialização regressiva da economia brasileira; iii) da dificuldade de implementação e abandono das políticas regionais de desenvolvimento; e iv) da integração competitiva entre as regiões que impõe tensões federativas e dificuldades para o planejamento e financiamento das políticas territoriais. Todavia, é importante destacar que as trajetórias regionais não só consolidam desigualdades, mas também apresentam potencialidades.

A partir de recortes transversais e de uma análise multiescalar, pretende-se nesta Sessão Livre contribuir para desvelar como algumas parcelas do território nacional têm assistido sua estrutura produtiva ser refuncionalizada e como alguns espaços carregam potencialidades para a modificação do padrão de crescimento até então vigente. Também permite empreender pesquisas sobre a dimensão espacial das trajetórias de desenvolvimento como um elemento central na construção de políticas de planejamento regional e urbano que respondam primordialmente à totalidade contida na abordagem territorial em detrimento da visão exclusivamente setorial da maioria das políticas econômicas e sociais vigentes. Destaca-se ainda que, ao vislumbrar um novo cenário político em âmbito nacional a partir de 2023 que tenderá a trazer reformulações para as políticas nacionais de desenvolvimento regional, busca-se, a partir de olhares transversais, subsidiar novas diretrizes de planejamento urbano e regional que aproveitem a heterogeneidade regional brasileira como um ativo para a promoção do desenvolvimento econômico e redução das desigualdades.

## **OS SERVIÇOS POR INTENSIDADE DE CONHECIMENTO NA RMSP: ANÁLISE EMPÍRICA ATRAVÉS DO MERCADO DE TRABALHO**

**BEATRIZ TAMASO MIOTO  
JULIANA BACELAR DE ARAÚJO**

No século XXI, a importância do setor Serviços é explicada sobretudo por dois movimentos distintos: a) no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades estritamente relacionados com a produção de bens. Neste caso, a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção dos segmentos “modernos”; isso fica ainda mais evidente a partir da incorporação de novas tecnologias e do imbricamento intersetorial trazido pelo novo paradigma tecnoprodutivo; e b) a urbanização nos países periféricos foi acompanhada pela diminuição do emprego agrícola e industrial associada ao crescimento da produtividade do trabalho. Nas metrópoles temos: desindustrialização, precarização/mudança estrutural no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que há avanço em serviços de maior intensidade tecnológica. Esse movimento é acompanhado pela reconfiguração do mercado de trabalho, com forte redução da taxa de desemprego e crescimento da ocupação, com destaque para a criação de empregos formais especialmente nos setores da construção e dos serviços. A crise econômica iniciada em 2015 tem representado uma inflexão do período anterior, com o setor de Serviços comportando-se como um “contrapeso”, crescendo seu peso relativo e absorvendo ocupação, mas, diferentemente do período anterior, agora sem proteção social, sobretudo, no trabalho por conta própria e sem carteira. Ressalta-se ainda, que, no caso brasileiro, os serviços desenvolveram-se marcados por uma grande heterogeneidade e com grande existência de atividades de baixa produtividade, sem que a industrialização tivesse conseguido imprimir o ritmo de expansão dos serviços industriais modernos típicos iguais aos padrões dos países desenvolvidos. O setor terciário brasileiro gerou atividades de distintos padrões, que vão desde as mais intensivas em conhecimento e de maior produtividade, como os serviços especializados, até as mais tradicionais, como os serviços pessoais e domésticos (ARAÚJO ET AL., 2018). A Região Metropolitana de São Paulo é exemplo marcante dessa heterogeneidade, com peso relativo acima da média para os serviços intensivos em conhecimento, mas, também, com forte presença dos serviços de mercado menos intensivos em conhecimento. Complementarmente, tem início um período de significativas mudanças na divisão socioespacial do trabalho no Brasil como, por exemplo, a reforma trabalhista de 2017, e a pandemia de Covid-19 que aprofundaram a tendência à precarização do trabalho e ao aumento da informalidade, inclusive nesse setor e na RMSP. Diante desse cenário, o objetivo dessa palestra é discutir as principais mudanças do terciário metropolitano brasileiro a partir da dinâmica do mercado de trabalho. Considera-se que a relação entre o debate setorial e espacial deve ser trabalhada a partir dos condicionantes socioeconômicos dos países periféricos, calcados nas heterogeneidades estruturais, bem como de suas desigualdades regionais. Para avançar nesse estudo é realizada uma proposição de classificação das atividades econômicas do terciário conforme intensidade de conhecimento, adaptada a partir da tipologia Eurostat indicators on High-tech industry and Knowledge – intensive services, da Eurostat, e feita

uma análise da Região Metropolitana de São Paulo, no período de 2012 a 2021, segundo dados da PNADC, do IBGE.

## **A URBANIZAÇÃO NAS CIDADES DO ARARIPE GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO: IDENTIDADE TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE**

**MARIA LOSANGELA MARTINS DE SOUSA**

O Araripe UNESCO Global Geoparque teve seu reconhecimento em 2006, formado por seis municípios muito entre si: Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha e possui atualmente 9 (nove) geossítios considerados seus principais pontos de visitação. Na agenda de atividades requeridas por um território patrimônio natural da UNESCO, como o caso dos geoparques, está a necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável com preservação do patrimônio. Como o Araripe Geoparque Mundial apresenta crescente urbanização, umas das principais preocupações é estabelecer estratégias de preservação diante deste crescimento. Objetiva-se com este trabalho mapear o padrão da urbanização das cidades do referido território vis à vis à promoção da identidade territorial e sua sustentabilidade. Utilizou-se metodologia descritiva e exploratória, com uso de dados secundários de instituições oficiais (IBGE, IPECE e MTE) para o período de 2000 a 2020. A pesquisa também teve caráter documental ao se utilizar de relatórios e documentos oficiais do Araripe Geoparque. O maior adensamento urbano é formado pela conurbação das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Considera-se aqui cidades as aglomerações urbanas que são sedes dos municípios. Próximos a estas sedes estão os geossítios da Colina do Horto (Juazeiro do Norte), Rio Batateiras (Crato) e Riacho do Meio (Barbalha). O adensamento urbano em direção a estes geossítios coloca o desafio de sua preservação face aos processos de especulação imobiliária, no caso do Rio Batateiras, e ao movimento de periferização, no caso dos outros dois geossítios. A referida conurbação tem atualmente uma população de 426.690 habitantes, que corresponde a 86,6% da população do território do Araripe Geopark. Outro fato que caracteriza os aspectos urbanos em tela é a elevada população urbana: a taxa de urbanização total é de 83,8% indicando um território densamente urbanizado. Entretanto, ao passo que possui centros de porte maior como destacado acima, as demais cidades (Santana do Cariri, Nova Olinda e Missão Velha) são pequenas sendo que em algumas delas, a população rural tem peso importante. Nestes casos, os núcleos urbanos estão um pouco mais distantes dos geossítios dando maiores condições de cuidados com o meio ambiente. Um patrimônio latente manifesta-se na identidade do povo do território do Araripe. O adensamento urbano em grandes proporções de Juazeiro do Norte em torno do artesanato e das romarias ligadas à popular figura do Padre Cícero, reavivam os valores do território. Esses aspectos são relevantes para estratégias que envolvam a preservação do patrimônio natural pela necessidade de conciliar crescimento urbano com preservação e sustentabilidade. Em todas estas cidades foi possível: a busca de racionalidade dada ao crescimento urbano, que se justapõe ao diálogo com a preservação dos patrimônios geológico, ambiental, cultural, histórico e promoção das atividades econômicas; o planejamento e execução de intervenções urbanas promovendo requalificações com aspectos

qualitativos, com execução e monitoramento acompanhado pelo poder público; ações promotoras do turismo sustentável, o geoturismo. Este conjunto de fatores, dentre outros dados pelo Araripe Geoparque, permitem perceber que as propriedades de identidade territorial caracterizam as cidades deste território.

## **DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA: O CASO DE PERNAMBUCO**

**JULIANA BACELAR DE ARAÚJO  
CASSIANO JOSÉ BEZERRA MARQUES TROVÃO**

A partir da segunda metade dos anos 2000, Pernambuco destacou-se pela captação de um importante volume de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica e social, que, segundo estimativas, situaram-se em torno de R\$ 100 bilhões, entre 2007 e 2016 (FIEPE, 2013). Merece ser evidenciado o papel importante desempenhado pelo Complexo Industrial Portuário de Suape e a construção e implementação da Refinaria Abreu e Lima e de indústrias Petroquímicas. Observou-se também a experiência da indústria naval offshore em Suape, que contribuiu para o desenvolvimento da cadeia metal-mecânica e atraiu indústrias produtoras de componentes para geração de energia eólica. Destacam-se, fora de Suape, a fábrica da Jeep – Fiat Chrysler, a indústria de vidros, a fábrica de hemoderivados e as fábricas de bebidas das Cervejarias Ambev, Itaipava e Heineken, no litoral norte do estado, e as da Kraft Foods Brasil (Mondelez) e da Brasil Foods, no município de Vitória de Santo Antão. Reforça-se a ideia de que a expansão industrial nordestina foi determinada por duas naturezas: a primeira, da combinação de projetos atraídos pelo menor custo do trabalho, aumento da demanda de bens de consumo regional e efeitos das políticas sociais; e a segunda por grandes projetos induzidos pelos incentivos fiscais combinados com decisões políticas que levaram à instalação de grandes projetos estruturantes (DINIZ E MENDES, 2021). Segundo dados das Contas Regionais do IBGE, o Estado de Pernambuco ampliou sua participação no Valor Adicionado Bruto industrial a partir de 2007, revertendo uma tendência de desindustrialização que vinha desde os anos 1980 (GUIMARÃES NETO E OLIVEIRA, 2018). Verifica-se também um aumento da participação de segmentos de média-alta intensidade tecnológica no valor da transformação industrial e uma importante geração de emprego formal, especialmente durante a construção dos empreendimentos, com crescimento da renda média das famílias.

A crise de 2015 e o contexto de inflexão ultraliberal reconfiguraram o cenário estadual, que somado aos impactos sociais e econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19, desencadearam uma trajetória oscilante e de baixo crescimento do PIB, com impactos negativos sobre os indicadores socioeconômicos. Agrega-se problemas relacionados à forte retração dos investimentos, em especial no setor de petróleo e gás e seus reflexos sobre as cadeias de refino e de construção naval instaladas em Pernambuco, que levaram ao fechamento de várias indústrias e dos Estaleiros. Contudo, apesar da mudança de cenário no período de 2015 a 2021, é possível observar no estado uma tendência de diversificação da sua estrutura industrial que vem possibilitando um aumento da abertura da economia estadual ao comércio

internacional e inter-regional, inclusive com reconfiguração da pauta de exportações e de importações. Diante desse cenário, o objetivo dessa palestra é discutir as principais mudanças no processo de desconcentração produtiva da indústria de transformação brasileira a partir do caso de Pernambuco, bem como apontar suas especificidades e seus limites, especialmente em termos sociais, com análise do período de 2007 a 2020, de acordo com os dados das Contas Regionais, da PIA e da PNADC, do IBGE, e de Comércio Exterior, do MDIC.

## **ENERGIA EÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: CADEIA PRODUTIVA E DESDOBRAMENTOS INTERNOS**

**RYLANNEIVE LEONARDO PONTES TEIXEIRA**

A Energia Eólica vem contribuindo para o desenvolvimento de uma matriz elétrica mais diversificada e voltada para a inserção das fontes renováveis modernas no processo de geração de eletricidade, bem como se constitui como uma tecnologia importante para o enfrentamento das mudanças climáticas. A contribuição percentual da fonte eólica na geração de energia elétrica mundial se expandiu significativamente em 10 anos. Em 2010, a participação desta fonte na geração mundial de eletricidade, em GWh, foi de 1,6%, contra 6,0%, em 2020 (IEA, 2022). Neste mesmo período, o Brasil que não aparecia entre os 10 países que se destacavam em capacidade instalada onshore acumulada em 2010, passa a ocupar em 2020 a 7ª posição e, em 2021, a 6ª, com participação percentual de 3% (GWEC, 2022). No país, a capacidade de geração de eletricidade é majoritariamente dominada pelas fontes renováveis, inicialmente pela fonte hídrica, e, em meados dos anos 2000, com a entrada da energia eólica, a matriz elétrica nacional entra numa nova fase com a inserção das fontes renováveis modernas, notadamente eólica e solar-fotovoltaica.

Com isso, percebe-se o protagonismo do Brasil no campo das fontes renováveis de geração de eletricidade e isso se deve a reestruturação do modelo do Setor Elétrico Brasileiro, no início dos anos 2000, o qual abriu espaço para a ampliação da oferta interna de energia com a inserção de novas fontes renováveis. Por esse meio, a energia eólica foi ganhando espaço na matriz elétrica nacional, primeiro no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia (PROINFA), implementado em 2002, e, em seguida, no contexto dos leilões de energia direcionados à contratação desta fonte, especialmente a partir de 2009, quando ocorreu a realização do primeiro leilão exclusivo para a contratação desta fonte no Ambiente de Contratação Regulado.

Em 2021, a energia eólica representou 10% da capacidade instalada de geração de eletricidade por fonte (MME/EPE, 2022) e a perspectiva é de expansão, especialmente quando vem se estruturando também novas fronteiras de geração de energia eólica na forma de offshore e produção de hidrogênio verde. No país, o Nordeste concentra a maior capacidade de geração de eletricidade por fonte eólica, especialmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará. No RN, sua representatividade nos quesitos potência fiscalizada de energia eólica e projetos em construção vem transformando este espaço em vetor de oportunidades de desenvolvimento da geração de energia renovável por fontes modernas. No entanto, este Estado não tem atraído, no

mesmo patamar em que recebe um número significativo de parques eólicos, eles importantes da cadeia produtiva do setor (MACEDO, 2015). Assim, o objetivo desta palestra reside em apontar alguns pontos de reflexão sobre os desdobramentos internos que esta atividade vem gerando nos espaços receptores desses investimentos e na vida das pessoas diretamente envolvidas com a instalação, operação e manutenção dos parques eólicos, tomando-se como base, entre outros fatores, uma avaliação sobre a cadeia produtiva do setor, geração de emprego e arrecadação tributária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. B.; CLEMENTINO, M. L. M.; FINATTI, R.; SILVA, R. M. Economias metropolitanas e desenvolvimento regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles vinte anos | As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças. Rio de Janeiro, 2018.

ARAUJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados** [online],1997, vol.11, n.29, pp. 7-36.

ARAUJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ARAUJO, T.B. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp,30 de maio de 2012. (comunicação oral).

ARAUJO, T. B. Tendências do Desenvolvimento regional recente no Brasil.IN: BRANDÃO, C.A.; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, 39-52.

BLYTH, M. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2017. 377 p.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2031**. Brasília: MME/EPE, 2022.

CANO, W. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós-1930. In: CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

CANO, W. Brasil: Construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 263-302, ago. 2017.

CLEMENTINO, M. L. M.; MIOTO, B. T.; ARAÚJO, J. B. Desenvolvimento e a urbanização deplorável no Brasil pelas lentes de Wilson Cano. In: SANTOS, A. Q. et al. (Org.). **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021, v. 1, p. 265-288.

DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Texto para Discussão n. 2640 (IPEA), v. 1, p. 1-52, 2021.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. (Orgs.). **Austeridade e Retrocesso: Impactos sociais da política fiscal no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FIEPE). **Proposta de política industrial para o Estado de Pernambuco**. Recife: Fiepe/Sebrae, 2013.

GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (GWEC). **Global Wind Report 2022**. Disponível em: <https://gwec.net/>. Acesso em: 22/12/2022.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução a formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, L.; OLIVEIRA, F. L. P. “A dinâmica da economia e transformações relevantes”. In: ARAÚJO, T. B; ARAÚJO, T. P. (Org). **Socioeconomia Pernambucana: Mudanças e Desafios**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2018.

INTERNATIONAL AGENCY ENERGY (IEA). **Energy Statistics Data**. Disponível em: <https://www.iea.org>. Acesso em: 22/12/2022.

KLINK, J. MetrÓpole, moeda e mercados. A agenda urbana em tempos de reemergência das finanças globais. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 717-742, Dec. 2018.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)**. Tese de Livre Docência. Campinas: IE-UNICAMP, 2010.

MACEDO, F. C. MACEDO, F. C.; MORAIS, J. M. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **INFORME GEPEC (IMPRESSO)**, v. 15, p. 82-98, 2011.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. Proposta de atualização das tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR): nota metodológica e mapas de referência. In: Aristides Monteiro Neto. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**, v. 2. 1ªed. Brasília: IPEA, 2020, v. 2, p. 245-304.

MACEDO, L. D. **Produção de energia elétrica por fonte eólica no Brasil e aspectos de seu impacto na região Nordeste e Rio Grande do Norte**. Campinas: Instituto de Economia. 2015. (Tese de Doutorado).

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1998.

RIBEIRO, L. C. Q. **As metrÓpoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão interna – INCT Observatório das MetrÓpoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.